

Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 8 - 11 de maio de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Delegados discutem nova abordagem para possível Ministerial da OMC no segundo semestre..... 1

Os custos do desenvolvimento não sustentável no Sudeste asiático 3

NOTÍCIA REGIONAL

Automóveis brasileiros trarão etiqueta de consumo energético..... 4

BREVES MULTILATERAIS

Banco Mundial investe em infra-estrutura para combater a pobreza 6

Painel estabelecido para disputa sobre atum contra os EUA 7

BREVES REGIONAIS

Proibições à importação de carne de porco derivam do surto de Gripe Suína..... 8

Regulamentação aprovada na Califórnia deverá beneficiar usinas brasileiras de etanol..... 9

Empresas brasileiras voltam sua atenção ao mercado asiático 10

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais 12

Fóruns Regionais 12

Informações Úteis 13

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Delegados discutem nova abordagem para possível Ministerial da OMC no segundo semestre

Os negociadores em Genebra consideram a possibilidade de adotar uma nova abordagem para as negociações da Rodada Doha, a fim de contornar as discussões baseadas em modalidades. Estas constituem as linhas gerais do acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC), em torno do qual os Membros vêm lutando há mais de sete anos. A abordagem alternativa que atualmente se analisa consiste em tratar diretamente das listas de concessões de cada Membro, lidando com compromissos específicos sobre o corte de tarifas e a redução dos níveis de subsídios.

De acordo com fontes consultadas, o embaixador canadense perante a OMC, John Gero, foi o primeiro a apresentar, de maneira informal, a ideia a alguns delegados há cerca de duas semanas. Embora nenhuma delegação – nem mesmo a canadense – tenha proposto oficialmente a ideia, ela aparenta ter obtido certo nível de aceitação.

No entanto, oficiais de alguns países em desenvolvimento (PEDs) manifestaram desconforto em relação à adoção da nova abordagem, alegando que essa permitiria aos Estados Unidos da América (EUA) e a outros países desenvolvidos (PDs) extrair concessões maiores dos demais Membros. Ademais, a eliminação da fase das modalidades não se enquadraria no mandato da Rodada Doha, segundo alguns representantes de PEDs. Sustentaram, ainda, que tal decisão poderia por fim ao equilíbrio – já tão delicado – das negociações.

Na ausência de uma estrutura sólida, centrada na temática do desenvolvimento, que possa guiar as

negociações sobre cortes tarifários “linha por linha”, alguns dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) que compõem a OMC temem que os esboços de modalidades já existentes poderiam se resumir a meros pontos de partida, no lugar de representar o marco culminante das negociações e dos compromissos de liberalização. Sem as modalidades para guiar o processo, tais países temem não ter sobre o que se apoiar para confrontar as investidas dos PDs por maior abertura de mercados.

Contudo, passar diretamente às listas de concessões poderia trazer vantagens reais, de acordo com fontes consultadas. A nova abordagem poderia acelerar o processo de implementação dos cortes tarifários e de subsídios, que seriam incorporados ao acordo comercial global. Além disso, países exportadores poderiam determinar mais rapidamente como deveriam ser tratados os produtos de maior interesse.

Alguns representantes de PEDs destacaram que seria preciso, pelo menos, um ano para que listassem todos os seus compromissos de redução. O Secretariado da OMC – que provavelmente se encarregaria do processo de elaboração das listas dos PMDRs –, afirmou que seriam necessários, no mínimo, seis meses para concluir o trabalho. Dessa forma, quanto antes esse processo tiver início, melhor.

Apesar disso, a implementação da nova abordagem ainda se encontra em análise, de modo que é incerta sua incorporação a uma proposta formal.

Ministerial almejada para segundo semestre de 2009

Ao dirigir-se aos delegados presentes na reunião do Conselho Geral na primeira semana de maio, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, sugeriu que uma Reunião Ministerial de alto nível fosse realizada em breve. “Não tivemos uma Reunião Ministerial desde 2005 e, para mim, não deveríamos terminar o ano de 2009 sem uma”, afirmou Lamy.

As regras da OMC preveem a realização de uma Ministerial a cada dois anos, mas já se passaram três anos e meio desde a última Reunião, sediada

em Hong Kong. As demais foram realizadas em Cancun (2003), Doha (2001), Seattle (1999), Genebra (1998) e Cingapura (1996).

Segundo declarações de um oficial presente na reunião, foi discutida a proposta de realização da Ministerial na sede da OMC, em Genebra, entre 30 de novembro e 2 de dezembro deste ano. As delegações terão a chance de discutir as datas propostas na próxima reunião do Conselho Geral, prevista para os dias 26 e 27 de maio.

No entanto, segundo Lamy, a dinâmica da próxima Ministerial poderia ser diferente das anteriores: nesta, os diálogos seriam mais pautados nas “atividades regulares” da OMC, e não em negociações comerciais. Para o diretor-geral, as Reuniões Ministeriais deveriam se tornar um exercício constante, que possibilita a avaliação e revisão das atividades da OMC e a definição das prioridades no plano político. “Uma Reunião Ministerial normal é uma coisa; o envolvimento dos ministros nas negociações é outra. Não deveríamos confundir as duas”, complementou Lamy.

A declaração de Lamy produziu efeitos diversos. Um delegado expressou insatisfação com a minimização das discussões sobre a Rodada Doha em uma eventual Reunião Ministerial. Outro afirmou que a falta de ênfase sobre as negociações poderia simplesmente ser uma estratégia para reduzir as expectativas relacionadas à reunião. Segundo fontes consultadas, a ausência de menção explícita à Rodada Doha na agenda da Ministerial não significaria, necessariamente, sua marginalização no processo.

Diversos oficiais notaram que os progressos na Rodada poderiam advir de eventos de alto nível previstos em outros fóruns. Ministros do Grupo de Cairns, uma coalizão de exportadores agrícolas, se reunirão em Bali entre 7 e 9 de junho. Menos de três semanas depois, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) se reunirá em Paris, em seu encontro ministerial anual. No início de julho, representantes das maiores potências econômicas mundiais participarão de reunião de cúpula do G8, na Itália. Acredita-se que as resoluções resultantes de tais encontros poderiam trazer novo ímpeto às negociações da Rodada Doha. De qualquer forma,

de acordo com alguns delegados, é improvável que a Rodada seja retomada ainda no primeiro semestre.

USTR visita Genebra esta semana

A visita do Representante Comercial dos EUA (USTR, sigla em inglês), Ronald Kirk, à sede da OMC nesta semana poderá fomentar progressos na Agenda do Desenvolvimento de Doha. Apesar de a viagem não ter sido anunciada formalmente, parece alta a probabilidade da realização de uma reunião entre Kirk e Lamy.

Diversos oficiais em Genebra queixaram-se da falta de clareza dos EUA quanto a seus objetivos nas negociações da Rodada. Por se tratar de um ator-chave, essa percepção teria provocado o impasse na retomada dos diálogos. Alguns delegados expressaram esperança de que a visita de Kirk resulte em redefinições na posição assumida por Washington nas negociações. “Todos estão esperando pelos EUA”, afirmou um oficial.

Tradução e adaptação de reportagem originalmente publicada em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 16 - 06 mai. 2009.

Os custos do desenvolvimento não sustentável no Sudeste asiático

O Banco de Desenvolvimento da Ásia (BDA) divulgou, no último dia 28, um estudo intitulado *The Economics of Climate Change*. O intuito do relatório, que analisou modelos climáticos, econômicos e geográficos de Indonésia, Tailândia, Filipinas e Vietnã, foi abrir espaço para a discussão das consequências econômicas da ausência de políticas que minimizem o impacto das mudanças climáticas no Sudeste asiático.

Esses países reúnem um conjunto de fatores que, na avaliação do BDA, os situariam em uma área excepcionalmente crítica a médio e longo prazo. O mais importante destes fatores está relacionado à combinação entre rápido crescimento econômico e célere urbanização não planejada. Desde a década de 1990, o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) da região tem se mantido em torno de 5,5%, ante a média mundial

de 2,9%. Tamanho crescimento tem alterado os padrões de povoamento e de funcionamento das economias. A concentração das atividades econômicas em centros urbanos, a elevação dos salários e, com isso, a mudança nos padrões de consumo da população resultaram em um impulso vultoso na demanda por insumos agrícolas e industriais, o que por sua vez teria causado mais danos ao meio ambiente.

Pressões ambientais

Calcula-se que, para abastecer os mercados interno e externo, a região aumentou em média 2,5% sua produção de arroz e dobrou a de óleo de palma. Essa intensificação da produção agrícola acarretou tanto a conversão de terras para cultivo quanto a competição, pelo seu uso, com os complexos industriais e as cidades, em fase de expansão. Todos esses agentes teriam colaborado em diferentes graus com a destruição dos ecossistemas locais, já que as queimadas são frequentemente utilizadas na fase incipiente de qualquer procedimento de ocupação. Por causa disso, as emissões de gases como o óxido nitroso, o carbônico, o monóxido de carbono e o óxido de nitrogênio estariam se acentuando.

Igualmente, o estudo aponta que o emprego massivo de fertilizantes também afeta o meio ambiente de forma significativa, na medida em que o seu manejo inadequado não somente provoca emissões de óxido nitroso, como pode contaminar fontes aquíferas. Tais problemas são agravados com o crescimento da população de animais para consumo humano. Em uma comparação com 1965, o rebanho de gado cresceu 98%, o de porcos 200%, e o de galináceos 700%. Essas criações, de acordo com o documento, não somente geraram degradação ambiental em função do emprego de técnicas inapropriadas no manejo dos animais, como também pressionaram o setor agrícola para produção de alimentos a essas populações.

Outro item relevante nesse painel de dilemas ambientais é o abastecimento e fornecimento de água na região. Durante a última década, a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos decaíram, em razão principalmente do desmatamento e das mudanças climáticas. Esse cenário implicou ampliação dos períodos de

estiagem e, em um ciclo vicioso, tem dificultado a recuperação de zonas desmatadas e degradadas, ameaçando a biodiversidade local. Em vista disso, essa porção do globo é considerada pelos especialistas como zona suscetível a sérios conflitos por alimentos e água.

Turismo e aquacultura ameaçados

Ao tratar das regiões litorâneas, o estudo destacou a importância do turismo, que responde por parte considerável do PIB em alguns países. Por exemplo, na Indonésia a atividade responde por 25-30% do PIB, empregando pelo menos 20 milhões de trabalhadores.

A aquacultura é outra atividade essencial para países como a Tailândia, a qual, há mais de 15 anos, figura na lista dos maiores exportadores de camarão do mundo. A vulnerabilidade do bioma marinho constituiu tema central no tocante à preservação e continuidade de aproveitamento econômico das áreas costeiras, pois a atuação humana e as alterações climáticas teriam prejudicado a manutenção das populações marinhas, com a gradativa destruição da vegetação de mangue, berço da vida marítima. Além disso, a elevação sensível do nível dos mares, teria acarretado o encolhimento das faixas de areia no litoral, fenômeno que poderia ser qualificado como potencialmente pernicioso para o turismo.

Desafios e recomendações

Avalia-se que os custos econômicos podem, até 2010, representar entre 6% e 6,7% do PIB regional para os quatro países analisados, caso nada seja feito para mitigar os danos originados das mudanças climáticas e da deterioração do meio ambiente. De modo geral, o estudo alerta que se poderia esperar uma intensa retração nas exportações e no turismo, como resultado do declínio de produtividade, da elevação das temperaturas e da intensificação da poluição marítima.

Em vista disso, o BDA recomenda a adoção de uma série de medidas de prevenção e controle dos danos ambientais. Dentre estas, destacam-se os sistemas integrados de monitoramento e administração dos recursos hídricos, do bioma marinho e florestal, que funcionariam como redes

de informações para controle do avanço de atividades econômicas predatórias. Ademais, o relatório sugere que os governos locais procurem promover o desenvolvimento de variedades agrícolas mais resistentes ao calor e sistemas mais eficientes de irrigação, para combater eventuais incêndios, os quais devem se tornar mais comuns com o desflorestamento.

Do ponto de vista global, o BDA ressalta que o ônus e a responsabilidade pelas implicações negativas das alterações climáticas devem ser equitativamente divididos e convida os países desenvolvidos a participarem do processo de implementação de mecanismos de desenvolvimento limpo com injeção de recursos financeiros e transferência de conhecimento em tecnologias limpas. Cabe destacar – como faz o próprio estudo – que tais recomendações se inserem nos debates prévios à Conferência de Copenhague, cuja realização está prevista para dezembro deste ano.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Reuters. *Global warming threatens economic chaos in SE Asia: ADB* (27/04/2009). Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/environmentNews/idUSTRE5Q0DN20090427?feedType=RSS&feedName=environmentNews>>. Acesso em: 3 mai. 2009.

Asian Development Bank. *Southeast Asia Faces Soaring Economic Costs If Climate Change Action Delayed - New Study*. (27/04/2009). Disponível em: <<http://www.adb.org/Media/Articles/2009/12863-asian-climates-changes/>>. Acesso em: 3 mai. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

Automóveis brasileiros trarão etiqueta de consumo energético

Difundir informação para favorecer a escolha consciente de produtos mais econômicos e menos

poluentes é o propósito de uma nova iniciativa do governo brasileiro. A partir deste mês, parte significativa da frota de veículos fabricados e comercializados no Brasil passará a receber a etiqueta veicular, adesivo contendo informações sobre o consumo de combustível e sua eficiência energética, além de classificação comparativa com outros modelos similares. Em cerimônia realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) há duas semanas, o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Jornada, aplicou a primeira etiqueta em um veículo nacional: um Uno Mille.

A iniciativa faz parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), lançado em novembro de 2008, no Salão do Automóvel de São Paulo. O objetivo do programa é fornecer aos consumidores informações a respeito do consumo de combustível e permitir sua comparação com outros modelos. Espera-se, com isso, estimular a utilização – e conseqüentemente promover aumento na competitividade entre os fabricantes – de veículos mais eficientes e menos poluentes.

O sistema da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia segue o padrão europeu, que estipulou uma classificação baseada em letras, em uma escala de “A” até “E”. A primeira letra corresponde ao menor consumo, enquanto “E” representa maior gasto. O adesivo contém, ainda, o aproveitamento de combustível do veículo (km/l) e outras informações técnicas relevantes.

A adesão ao programa será voluntária, decorrente de acordo entre governo e montadoras, renovável anualmente. O fabricante ou importador que aderir ao PBE Veicular deverá fornecer os dados de consumo de combustível e eficiência energética de, ao menos, metade dos modelos que comercializa. As informações constarão da etiqueta e serão disponibilizadas também no *site* do Inmetro e do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). O uso do adesivo não é obrigatório para a participação no programa e, nesse caso, as informações ficarão acessíveis apenas nos *sites*.

Até o momento, cinco montadoras aderiram ao PBE Veicular: Fiat, General Motors, Volkswagen,

Honda e Kia – as quais respondem por metade das vendas de veículos no mercado brasileiro. No total, as empresas inscreveram 31 modelos das categorias sub-compacto, compacto, médio, grande e carga, dos quais 24 devem deixar as fábricas com o adesivo.

Além do Inmetro e Conpet, o PBE Veicular tem participação do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional do Petróleo (ANP), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) e da Petrobrás.

Evolução da regulamentação

A preocupação em estimular a racionalização do consumo de energia figura na agenda do governo brasileiro desde o início dos anos 80. Nessa década, o Ibama já avaliava o nível de emissões dos veículos comercializados no país por meio do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve). Em 1991, foi criado o Conpet, implementado em coordenação com o Inmetro para implantar o Programa Brasileiro de Etiquetagem. Antes de terem o uso estendido aos veículos automotores, as etiquetas indicativas de consumo energético foram aplicadas aos aparelhos a gás, como fogões e aquecedores.

Seguiu-se, em 2001, a promulgação da lei que disciplina a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, conhecida simplesmente como Lei de Eficiência Energética, a qual estabeleceu limites mínimos de eficiência energética para equipamentos fabricados e vendidos no Brasil. No mesmo ano foi criado o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), instância constituída por diversos segmentos e voltada a regulamentações específicas para aparelhos domésticos e veículos.

O PBE decorre de Protocolo firmado em 1984 entre o então Ministério da Indústria e do Comércio e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), com a interveniência do MME. A iniciativa tem por finalidade racionalizar o uso dos diversos tipos de energia no país e favorecer a escolha consciente dos consumidores. Voltados majoritariamente ao

mercado de aparelhos domésticos, 22 programas de etiquetagem encontram-se atualmente em execução.

Diversos países implementam programas voltados à avaliação do consumo de combustível em automóveis, a exemplo de China, Estados Unidos da América, Japão e os países da União Europeia. Nos três primeiros, a etiquetagem é compulsória, enquanto na UE as etiquetas utilizam como parâmetro a quantidade de gás carbônico emitida a cada quilômetro rodado, ao invés do rendimento (km/l). Contudo, a experiência comum demonstra que a utilização de etiquetas estimula o consumo e a fabricação de veículos mais eficientes e menos poluentes.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Ministério de Minas e Energia. *Etiqueta veicular começa a ser implantada*. (06/11/2008). Disponível em:

<<http://www.mme.gov.br/site/news/detail.do?newsId=18725¤tArea=>>. Acesso em: 29 abr. 2009.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular foi lançado no Salão do Automóvel*. (06/11/2008). Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8674>>. Acesso em: 04 mai. 2009.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. *Programa Brasileiro de Etiquetagem*. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/eficiencia.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2009.

Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural. *Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular*. Disponível em: <http://www.conpet.gov.br/download/pdf/Folheto_Etiquetagem_Veicular_final-nov.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

Banco Mundial investe em infra-estrutura para combater a pobreza

No dia 25 de abril, o Banco Mundial lançou uma iniciativa de investimentos em infra-estrutura que deverá priorizar os países em desenvolvimento (PEDs). Os aportes serão realizados por meio do Programa de Recuperação de Infra-estrutura e Patrimônio (INFRA, sigla em inglês) e do Fundo Emergencial de Auxílio para Infra-estrutura (ICF, sigla em inglês), destinado à assistência ao setor privado. Ao todo, serão mobilizados US\$ 55 bilhões, dos quais US\$ 45 bilhões serão disponibilizados pelo Banco Mundial e US\$ 10 bilhões, pelo ICF.

O objetivo desse programa, de acordo com o presidente da instituição, Robert Zoellick, é fortalecer as bases de longo prazo para o crescimento econômico, sobretudo para os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), que não podem recorrer a pacotes de investimentos do porte de bilhões de dólares. Cabe destacar que haverá auxílio especial aos países que desejem seguir a “agenda verde”, com uso de tecnologias limpas, sendo que o Banco criou linhas de crédito em muitos de seus programas, como o Fundo de Parceria pelo Carbono e o Fundo de Tecnologia Limpa.

Alemanha e França, ambas fundadoras do ICF, foram os primeiros países a assinar o memorando de entendimentos com o Banco Mundial, com vistas a contribuir com US\$ 660 milhões e US\$ 1,3 bilhão, respectivamente. A transferência de recursos será processada por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha, KfW, e de seu equivalente francês, o Banco Proparco. Embora a assistência aos PEDs seja global, os países do continente africano deverão obter a maior parte dos recursos.

A crise mundial forçou a redução dos investimentos no setor de infra-estrutura em cerca de US\$ 140 a 170 bilhões, o que repercute nas políticas de mitigação da pobreza. Muitos especialistas concordam que o aprimoramento da infra-estrutura local, além de proporcionar

aumento da qualidade de vida – com a consequente redução da mortalidade infantil e a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) –, também é responsável pela geração de muitos empregos em diversos segmentos associados à construção civil. Essa é a visão compartilhada pelas duas maiores economias europeias – Alemanha e França –, que apontaram, na ocasião da assinatura do memorando, para o papel crucial dos investimentos no setor, tanto como catalisador das Metas de Desenvolvimento do Milênio, como de solução de longo prazo aos desafios impostos pela crise econômica mundial.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes Consultadas:

World Bank. *World Bank Group Launches Multi-Billion Infrastructure Initiatives to Help Developing Countries Weather Crisis*. (25/04/2009). Disponível em:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERN/NEWS/0,,contentMDK:22156539~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html>>.

Acesso em: 5 mai. 2009.

PARKER, D., Kirkpatrick, C. e FIGUEIRA-THEODORAKOPOULOUT, C. *Infrastructure Regulation and Poverty Reduction in Developing Countries: A Review of the Evidence and a Research Agenda* In: Quarterly Review of Economics and Finance, Vol. 48, Universidade de Manchester, Reino Unido, 2005. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W5X-4NBH22T-1&_user=1532431&_coverDate=05%2F31%2F2008&_rdoc=1&_fmt=full&_orig=na&_cdi=6582&_docanchor=&_acct=C000053584&_version=1&_urlVersion=0&_userid=1532431&md5=c1a78ba7336f500fc1a2a5ee121b0527#secx3>. Acesso em: 5 mai. 2009.

Painel estabelecido para disputa sobre atum contra os EUA

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) concordou em estabelecer um painel para avaliar a reclamação do México contra as regras dos Estados Unidos da América (EUA) sobre atum

pescado sem agressão a golfinhos (*dolphin safe*, nomenclatura em inglês). A medida provocou críticas de Washington, que defende ser mais apropriado conduzir o caso ao sistema de solução de disputas do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês).

O estabelecimento do painel representa o último passo em uma controvérsia que remonta aos anos 90. Em exame, encontra-se a recusa por parte de Washington em permitir que o atum mexicano receba o selo *dolphin safe*, sob o argumento de que os pescadores do país têm permissão para utilizar a técnica de cercamento, ou “rede-bolsa”, a qual geralmente aprisiona golfinhos juntamente com peixes.

Porém, o México defende que as práticas pesqueiras adotadas no país são sustentáveis e obedecem a diretrizes aceitas pela Comissão Interamericana de Atum Tropical (IATTC, sigla em inglês), que inclui os EUA entre os integrantes. O governo mexicano afirma, ainda, que as restrições estadunidenses violam diversas regras da OMC, como tratamento nacional e cláusula da nação mais favorecida, de forma que criam obstáculos desnecessários ao comércio internacional. Segundo o país latino-americano, em decorrência da falha em rotular o atum mexicano como *dolphin safe* no mercado dos EUA, mais de um terço da frota voltada à pesca do peixe foi pressionada a encerrar as atividades.

Em outubro do ano passado, o México oficializou o pedido por consultas com os EUA, primeiro passo no procedimento de solução de disputas da OMC (ver *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, N. 19, <<http://ictsd.net/i/news/biores/32491/>>). O estabelecimento do painel ilustra, contudo, o insucesso dos países em solucionar a questão por meio de consultas.

Washington demonstra estar insatisfeito com o progresso do caso. Em declaração oficial perante o OSC, os EUA expressaram lamentar a requisição de abertura do painel feita pelo México ao OSC, e conclamaram o país a reconsiderar sua posição.

De acordo com o delegado estadunidense, é direito dos EUA conduzir a resolução do caso ao âmbito regional ao invés do multilateral, com base

no artigo 2005(4) do NAFTA, segundo o qual as partes concordam que casos relacionados à proteção do meio ambiente – bem como saúde de pessoas, animais ou plantas – seriam tratadas apenas no mecanismo de solução de disputas do bloco.

Contudo, o México manteve sua determinação de levar a questão à instância multilateral. O delegado mexicano ressaltou: “A presente controvérsia tem relevantes implicações multilaterais que deveriam ser solucionadas na OMC. Vários países têm demonstrado informalmente seu desejo em participar na disputa como partes interessadas, o que seria impossível sob o NAFTA. O México acredita que o interesse despertado pela disputa na esfera internacional também deva ser levado em consideração”.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 16 - 06 mai. 2009.

BREVES REGIONAIS

Proibições à importação de carne de porco derivam do surto de Gripe Suína

Vários países adotaram medidas proibitivas à importação de carne suína e derivados oriundos do Canadá, de alguns estados dos Estados Unidos da América (EUA) e do México, no contexto do aumento global no número de infectados pela gripe suína. No entanto, críticos nos três países afirmam que as proibições são infundadas e autoridades da área da saúde concordam que a doença não pode ser contraída por meio da ingestão de carne de porco.

Desde que foram detectadas no México, no final de abril, as infecções relacionadas ao vírus (A/H1N1) espalharam-se pelo mundo, chegando a países como Alemanha, Canadá, Espanha, EUA e Nova Zelândia. Os EUA confirmaram a primeira morte relacionada à gripe suína ocorrida em seu território no dia 29 de abril.

Alegando razões de saúde pública e segurança, Azerbaijão, Cazaquistão, China, El Salvador, Equador, Filipinas, Honduras, Rússia, e Ucrânia proibiram a importação de carne suína e derivados oriundos dos três integrantes do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). À crescente lista de países que aplicaram medidas restritivas análogas, juntaram-se recentemente Croácia, Emirados Árabes Unidos, Líbano, Tailândia.

A China, que imediatamente proibiu a importação de carne suína originária do México e de três estados dos EUA, insistiu que a proibição era necessária para excluir qualquer risco de repetir situação similar ao surto da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, sigla em inglês), em 2003. De acordo com a declaração conjunta do Ministério da Agricultura e da Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena, qualquer carregamento que já esteja em trânsito deverá ser testado para a verificação da presença do vírus antes de entrar no país.

Por sua vez, a Rússia implementou proibição ainda mais agressiva. O país – que constitui um dos principais mercados de exportação para a carne proveniente dos EUA – chegou a importar deste país, em 2008, US\$ 836 milhões em frango, US\$ 436 milhões em produtos derivados da carne de porco e US\$ 75 milhões em carne bovina. Além de vetar a importação de produtos derivados da carne suína originários do México, de alguns países da América Latina e do Caribe, além dos estados do Alabama, Arizona, Arkansas, Flórida, Geórgia, Indiana, Kansas, Luisiana, Nova Jersey, Novo México e Oklahoma, as autoridades russas baniram, em alguns casos, a importação de carnes de todos os tipos de animais e derivados.

De acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), proibições à importação por motivos sanitários e de segurança devem ser justificadas por evidências científicas. O escritório do Representante para o Comércio dos EUA (USTR, sigla em inglês) apontou prontamente que as atuais restrições à importação de carne suína estadunidense e outros tipos de carne fundamentadas no surto recente não aparentam ser baseadas em evidências científicas e podem resultar em séria perturbação ao comércio.

Face à manifestação das autoridades estadunidenses, os ministros da agricultura do Canadá e do México, Gerry Ritz e Alberto Cárdenas, se uniram para reiterar que o vírus não pode ser propagado por meio do consumo de carne de porco.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em inglês), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE, sigla em inglês), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a OMC, em documento endossado pelos quatro organismos, enfatizaram, no dia 2 de maio, que “a carne suína e os seus produtos, tratados de acordo com as práticas de higiene recomendadas pela OMS, FAO, Comissão do Codex Alimentarius e pela OIE, não serão fontes de infecção”. “Não há, portanto, dispositivo no Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE que justifique a imposição de medidas comerciais sobre a importação de carne suína ou de seus produtos”.

“Não há evidências de que o vírus seja transmitido pela comida”, alega a OIE. “Atualmente, somente as descobertas relacionadas à circulação do vírus entre porcos em zonas de países que apresentam casos humanos justificariam medidas comerciais sobre a importação de porcos desses países”.

O México questionou frente ao Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC o bloqueio às suas exportações de produtos, solicitando formalmente aos países Membros que expliquem as restrições adotadas por meio de evidências científicas. De forma semelhante, o Canadá ameaçou, no último dia 4, instaurar procedimento na OMC contra o bloqueio chinês.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 15 - 29 abr. 2009.

Regulamentação aprovada na Califórnia deverá beneficiar usinas brasileiras de etanol

O Conselho de Qualidade do Ar do estado da Califórnia (Carb, sigla em inglês) aprovou, em 23 de abril, o Padrão de Combustível de Baixa Emissão de Carbono (LCFS, sigla em inglês),

regulamentação que torna obrigatória a redução de emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa (GEE) em 10% até 2010 no estado da Califórnia.

Segundo analistas, a aprovação deve beneficiar a exportação de etanol à base de cana-de-açúcar produzido no Brasil para os Estados Unidos da América (EUA). Isso porque a regulamentação LCFS considera, expressamente, o etanol de cana mais eficiente na redução de GEE que aquele produzido nos EUA à base de milho. Trata-se de classificação que resulta de um cálculo – sobre o qual incidiram muitos questionamentos – que leva em conta a emissão desses gases desde a fase das queimadas até a da distribuição do biocombustível, além de variáveis como o uso indireto da terra – por exemplo, o desmatamento e o aumento no preço de alimentos como o milho em função da destinação deste à produção de etanol. Uma vez considerado um “biocombustível avançado”, o etanol à base de cana-de-açúcar poderá ter acesso a cotas específicas – que, em 2009, corresponderão a 2,2 bilhões de litros.

A aprovação do LCFS insere-se em um contexto já favorável ao biocombustível brasileiro: em 5 de maio, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês) definiu metas para o aumento do consumo de biocombustíveis nos EUA. Em resolução elaborada no âmbito da Agência, foram estipulados critérios com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas pela legislação estadunidense, que condiciona o aumento de consumo de biocombustíveis à redução substancial nas emissões de GEE. Mais precisamente, a Agência passará a exigir que o biocombustível que substitui parte da gasolina consumida no país assegure uma redução de 40-50% nas emissões de GEE. Com isso, espera-se estimular a implementação de padrões de produção de biocombustíveis nos EUA, por meio de tecnologias limpas.

Produtores estadunidenses queixam-se; usineiros brasileiros comemoram

A aprovação do LCFS pelo governo californiano desagradou a Associação dos Combustíveis Renováveis (RFA, sigla em inglês). O presidente da RFA, Bob Dinneen, questionou a base de cálculo que determina a classificação dos

biocombustíveis e sustentou que a aprovação constitui um “perigoso precedente à aplicação de uma ciência não provada em todo o país”.

No esforço de atenuar o impacto negativo que as novas regras poderão projetar sobre os produtores de etanol à base de milho, o governo estadunidense anunciou a criação de um grupo formado pelos Departamentos de Agricultura e Energia dos EUA e pela EPA, com o objetivo de auxiliar a indústria doméstica a incorporar tecnologias limpas ao processo produtivo.

De outro lado, a decisão foi comemorada pelas usinas brasileiras produtoras de etanol, que enxergaram na decisão uma oportunidade de expansão do mercado de exportação do biocombustível para os EUA. A expectativa brasileira é de que, no médio prazo – enquanto as usinas estadunidenses se empenham em implementar novos padrões de produção –, o Brasil desfrute de vantagem comparativa em relação ao etanol produzido nos EUA. De acordo com cálculos divulgados pela EPA, o etanol à base de cana-de-açúcar produzido atualmente no Brasil está em condições de atender os critérios definidos pela referida Agência, na medida em que permite a redução de 44% nas emissões de GEE, comparativamente ao etanol à base de milho, que somente assegura redução em 16% nas emissões de GEE.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

California Environmental Protection Agency (CARB). *Proposed Regulation to Implement the Low Carbon Fuel Standard*. (05/03/2009). Disponível em: <http://www.arb.ca.gov/fuels/lcfs/030409lcfs_isor_vol1.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2009.

O Estado de São Paulo. *EUA vetam expansão do etanol de milho*. (06/05/2009). Disponível em: <http://www.unica.com.br/clipping/show.asp?c_ppCode=505A2D4D-0DFD-42CF-BA5F-01AB60784E55>. Acesso em: 10 mai. 2009.

Valor Econômico. *Califórnia dá aval ao etanol feito de cana*. (27/04/2009). Disponível em: <http://www.unica.com.br/clipping/show.asp?c_ppCode=5692BC50-F29B-45B6-83D1-B5ED2F801B7C>. Acesso em: 10 mai. 2009.

Valor Econômico. *Agência ambiental dos EUA valida etanol de cana*. (06/05/2009). Disponível em: <http://www.unica.com.br/clipping/show.asp?c_ppCode=83B9C1CD-BC22-45A9-A90E-0215A8075DB2>. Acesso em: 10 mai. 2009.

Empresas brasileiras voltam sua atenção ao mercado asiático

No contexto de consolidação da presença brasileira em mercados externos e de busca por novos parceiros comerciais, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) apresentou estudo que aborda detalhadamente o mercado asiático da moda. Lançado no final de abril, nas cidades de Brasília, São Paulo e Novo Hamburgo, o documento oferece números relativos ao comércio nos setores de joias, calçados, bolsas, cosméticos e vestuário entre Brasil, China, Japão e Coreia do Sul, além de identificar padrões de consumo e o comportamento destes mercados. Por meio da análise destes fatores, foi possível identificar oportunidades para empresas brasileiras, potenciais parceiros comerciais e canais logísticos para a distribuição dos produtos.

O estudo fornece uma visão sistemática acerca dos mercados relacionados ao segmento da moda, incluindo a percepção que os potenciais compradores têm do Brasil no que diz respeito a esse setor. Posteriormente, identifica os principais fatores que podem levar ao sucesso dos produtos brasileiros nos mercados em questão, apontando oportunidades e a forma por meio da qual se deve estabelecer a cadeia logística de distribuição das exportações nos países asiáticos. Por fim, sugere um plano de implementação para elevar as vendas de produtos brasileiros nesses mercados.

Segundo o estudo, dentre os países abordados, a China constitui o mercado de maior potencial para as exportações brasileiras. Os quatro segmentos analisados pelo documento movimentam, em Pequim, US\$ 74,5 bilhões anuais. Estima-se que os mercados de joias e de vestuário apresentem forte expansão nos próximos anos. Embora a crise econômica mundial também tenha afetado a

China, os índices de crescimento deste país ainda se encontram em patamar elevado. Nesse sentido, o consumo interno não sofreu maiores mudanças, nem mesmo frente ao agravamento da crise.

Maurício Borges, diretor de negócios da Apex, entende que as empresas brasileiras devem focar as exportações em produtos de alto valor agregado destinados à classe média chinesa, constituída por aproximadamente 100 milhões de pessoas. Em razão de o mercado chinês ser conhecido pelo baixo preço de seus produtos, os empresários brasileiros terão de apresentar mercadorias que conjuguem alta qualidade e *design* diferenciado.

O estudo elaborado pela Apex aponta boas oportunidades para a inserção do Brasil no mercado chinês de jóias, em razão da busca por peças que ressaltem o alto valor e as particularidades das pedras brasileiras, em detrimento de joias associadas a marcas estrangeiras de luxo. Tóquio também desponta como mercado interessante nesse segmento, haja vista sua crescente demanda por gemas coloridas.

A realização do estudo envolveu uma série de entrevistas, em um período de oito meses, com representantes de distribuidores e de revistas de moda, lojas de departamento, compradores, agências de promoção e consultores. Visto que as vendas de produtos têxteis e correlatos aos países asiáticos ainda não são expressivas, o objetivo é aumentar a exportação de produtos brasileiros relacionados ao mercado da moda para esses países em 20% nos próximos dois anos.

Delegação brasileira vai à Ásia para estabelecer parcerias no agronegócio

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) enviou, no último dia 27, uma equipe de técnicos da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) à Ásia com o objetivo de abrir novos mercados aos produtos brasileiros, além de promover a cooperação em matéria de tecnologia com os países asiáticos.

No Japão, na Coreia do Sul e nas Filipinas, os integrantes da missão discutiram oportunidades nos setores de carne, frutas e produtos derivados do leite. Segundo o secretário adjunto da SRI, Lino Colsera, as negociações têm evoluído

bastante após o reconhecimento, em 2007, de que o estado de Santa Catarina constitui zona livre de febre aftosa sem vacinação.

Na Indonésia, ocorreu a 3ª reunião do Comitê Consultivo Agrícola (CCA) Brasil-Indonésia, o qual tratou de temas relacionados à agropecuária – como as questões sanitárias e fitossanitárias –, além da troca de informações a respeito do cultivo da cana-de-açúcar e da soja, bem como da produção de etanol. O CCA, criado em 2007 com o objetivo de aumentar o comércio bilateral entre Brasil e Indonésia, promove reuniões anuais, sendo que a última foi realizada em março de 2008, em Brasília. Desde a celebração do acordo houve avanços nas negociações com a Indonésia, país que chegou a reconhecer o princípio da regionalização, o que possibilitou a importação de carne bovina proveniente de áreas livres de febre aftosa.

Também participaram da 3ª reunião do CCA Brasil-Indonésia representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esta deseja intensificar o intercâmbio de informações sobre o cultivo da palma e a produção de seu óleo, o qual, além de ser mais saudável que o óleo produzido a partir de outras plantas, pode ser utilizado na produção de biocombustíveis. No Brasil, há uma variedade de palma que poderia ser destinada a este fim.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Apex-Brasil. *Apex-Brasil lança estudo inédito sobre moda na Ásia*. (27/04/2009). Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em: 28 abr 2009.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Brasil busca novas parcerias internacionais no agronegócio*. (24/04/2009). Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/lap_detalhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=14765>. Acesso em: 28 abr 2009.

Valor Econômico. *Agregar valor é vital para exportar para Ásia*. (27/04/2009). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=570515>. Acesso em: 30 abr 2009.

Panorama Rural. *Missão do Mapa busca mercado na Indonésia*. (26/03/2009). Disponível em: <<http://www.panoramarural.com.br/noticia.aspx?id=1000&edic=123>>. Acesso em: 28 abr 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

20 de maio

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

25 a 29 de maio

Geneva Week

26 e 27 de maio

Reunião do Conselho Geral

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.aspx?intItemID=2068>>

18 e 19 de maio

Simpósio Público: “A Crise Econômica Global e o Desenvolvimento – o Caminho à Frente”

18 a 22 de maio

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, sigla em inglês) – Fórum 2009

19 de maio

Medindo o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação (ICTs – sigla em inglês): Debate no Fórum da WSIS

25 a 29 de maio

12ª Sessão da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

13 e 14 de maio

Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Meio-Ambiente

Local: Assunção, Paraguai.

19 a 21 de maio

108ª Reunião Ordinária da Comissão de Comércio
Local: Montevideú, Uruguai.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas Comerciais

Local: Assunção, Paraguai

21 e 22 de maio

Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre o Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul

Local: Assunção, Paraguai

25 e 26 de maio

Seminário Internacional do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Financeiros

Local: Assunção, Paraguai

25 a 29 de maio

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias

Local: Assunção, Paraguai

59ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Aduaneiros

Local: Assunção, Paraguai

Cepal

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

19 de maio

Fórum União Europeia, América Latina e Caribe: as políticas fiscais em tempo de crise: volatilidade, coesão social e economia política das reformas

Local: Montevidéu, Uruguai

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

15 de maio

Desenvolvimento Sustentável e Planejamento em Regiões Metropolitanas

15 a 17 de maio

Fórum Econômico Mundial sobre o Oriente Médio: "Implicações da Crise Econômica Global para o Oriente Médio: estratégias regionais para o sucesso"

Local: Mar Morto, Jordânia

24 a 26 de maio

Cúpula Mundial de Negócios sobre Mudanças Climáticas, organizada pelo Conselho Climático de Copenhague

Local: Copenhague, Dinamarca

27 a 28 de maio

Conferência sobre Mudanças Climáticas e Tecnologia

Local: Bergen, Noruega

Informações Úteis

China e Taiwan firmam acordos de cooperação

Representantes dos governos da China e de Taiwan assinaram, na última semana de abril, três acordos com vistas à intensificação das relações econômicas bilaterais. Dentre os acordos, destaca-se aquele que define regras para que empresas de serviços financeiros de um país abram filiais no outro. Tais pactos resultam de esforços recentes de Taiwan para melhorar as relações com o

governo da China face ao impacto da crise econômica sobre a economia taiwanesa.

Preços de alimentos continuam elevados para PEDs

Essa é a conclusão apresentada no estudo *Crop Prospects and Food Situation*, divulgado no último dia 23 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês). Apesar do declínio global dos preços e das melhorias observadas no suprimento de cereais, os países em desenvolvimento (PEDs) enfrentam situação diversa. Os custos ao consumidor nesses países chegam a atingir patamares recordes. Para mais informações, ver: <<http://www.fao.org/docrep/011/ai481e/ai481e01.htm>>.

OMC divulga relatório sobre painel envolvendo Panamá e Colômbia

A OMC divulgou, em 27 de abril, o relatório do painel (DS266) que analisou a reclamação panamenha contra os preços indicativos e as restrições portuárias implementadas pelo governo colombiano. O relatório encontra-se disponível na íntegra em: <http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/366r_e.htm>.

Chamada de artigos: Direito, políticas públicas e mundialização

O periódico *Prismas: Direito, políticas públicas e mundialização*, criado em 2003 pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília, abriu chamada para artigos. Os trabalhos devem tratar de temas relacionados a problemáticas contemporâneas da Administração Pública brasileira, especialmente no que diz respeito à relação entre direito e políticas públicas ou temas atuais do processo de internacionalização do direito e da mundialização. As normas de publicação podem ser acessadas no site <www.prismas.uniceub.br>. O periódico é distribuído gratuitamente a todos os Programas de Pós-Graduação em Direito do Brasil, a mais de 250 bibliotecas universitárias de todo o país e às bibliotecas das principais universidades da América Latina e dos países de língua portuguesa.

Há também uma versão eletrônica da revista que pode ser acessada livremente no *site* acima.

OMC anuncia prêmio para jovens economistas

O Secretariado da OMC lançou um prêmio para jovens economistas (WTO Essay Award for Young Economists), com o objetivo reforçar a relação da Organização com a comunidade acadêmica e de promover o desenvolvimento de pesquisa de alta qualidade sobre a OMC e temas relacionados à Organização, elaboradas por jovens economistas. Para mais informações sobre o prêmio, ver: http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/rese_27apr09_e.htm.